



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Fernando Ferreira

133
201

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação nº 0189183-6

Apelante: Banco ABN Amro Real S/A

Apelada: Risoneide Maria de Souza Santos

Relator: Des. Fernando Ferreira

EMENTA

R
5704

PROCESSUAL CIVIL. CADERNETA DE POUPANÇA. COBRANÇA DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PLANOS ECONÔMICOS. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. NÃO CONHECIMENTO. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. REJEIÇÃO. ARGUIÇÃO DE PRESCRIÇÃO. REJEIÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA TITULARIDADE DA CONTA DE SALDOS DITOS EXPURGADOS. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO ART. 333, I, DO CPC. RECURSO PROVIDO.

1. Não se deve conhecer como preliminar ou defesa indireta de mérito, postergando-se seu enfrentamento para quando da análise da questão de fundo, suscitação cuja tese que a subsidia se confunde com a matéria de mérito da causa ou da pretensão recursal.

2. A instituição financeira responsável pela remuneração dos saldos de seus clientes em cadernetas de poupança é quem deve figurar no pólo passivo de demanda onde se pleiteia diferença de créditos de correção monetária por expurgos inflacionários resultantes de planos nacionais de estabilização da economia.

3. O Superior Tribunal de Justiça sossegou o entendimento de "que o direito de pleitear a correção monetária dos depósitos de poupança prescreve em 20 anos" (REsp. nº 488039/PR, DJU de 15.05.2006).

4. Descabe a aplicação do instituto processual da inversão de ônus, de que trata o art. 6º, nº VIII, da Lei nº 8.078/90, quando se tratar de prova do fato constitutivo do direito que inflama a pretensão resistida, que incumbe ao autor (inteligência da norma escrita no nº I do art. 333 do Código de Processo Civil).

5. Quando o autor não logra comprovar satisfatoriamente a titularidade de conta de poupança mantida em instituição financeira nos períodos versados na inicial, é improcedente o pedido de diferenças de correção monetária por expurgos inflacionários ditados por planos econômicos vigentes em tais períodos.

3

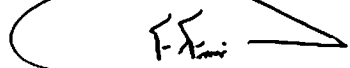
134
202

6. Apelo provido, com decorrente inversão dos ônus da sucumbência (verba honorária fixada por equidade – CPC, art. 20, § 4º).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação nº 0189183-6, julgada hoje – 18 de maio de 2010 – e em que figuram, como apelante, Banco ABN Amro Real S/A e, como apelada, Risoneide Maria de Souza Santos, por unanimidade **ACORDAM** os Desembargadores da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco em não conhecer, como preliminar, do argumento de inépcia da inicial, em rejeitar as demais arguições preliminares e, no mérito, em dar provimento ao recurso, consoante relatório, voto e ementa que integram este acórdão.

Recife, 18 de maio de 2010

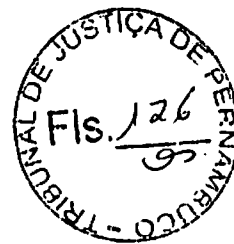


Des. **Fernando Eduardo Ferreira**
Presidente e relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Fernando Ferreira

203



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0189183-6

Apelante: Banco ABN AMRO Real S/A

Apelada: Risoneide Maria de Sousa Santos

Relator: Des. Fernando Ferreira

RELATÓRIO

Recurso de apelação contra sentença, cujo relatório fica incorporado, que julgou procedente em parte pedido deduzido em ação de cobrança por expurgos inflacionários (Planos Bresser, Verão, Collor I e Collor II) ditos indevidamente procedidos em caderneta de poupança que o(a) autor(a) assegura que mantinha ativa junto à instituição financeira ré nos períodos versados na inicial. A qual, inclusive, foi condenada a suportar os ônus da sucumbência.

Na petição do apelo, e isto a título de defesa indireta e/ou de prejudicial de mérito, suscitam-se as seguintes questões: a) ilegitimidade passiva *ad causam*; b) inépcia da inicial, por ausência de documento indispensável para a propositura da ação; c) prescrição. No mérito, afirma-se que a sentença veio a lume em desacordo com as normas pertinentes à *vexata quaestio* e a prova dos autos.

Recurso bem processado, preparado e respondido pelo(a) apelado(a), com louvores ao ato judicial recorrido.

É o suficiente relatório.

À douta revisão.

Recife, 22 de janeiro de 2010

Des. Fernando Eduardo Ferreira
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Fernando Ferreira



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0189183-6

Apelante: Banco ABN Amro Real S/A

Apelada: Risoneide Maria de Sousa Santos

Relator: Des. Fernando Ferreira

VOTO

Preliminar de inépcia da inicial

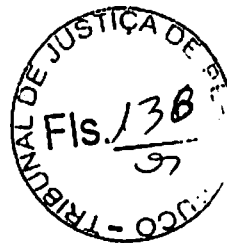
Observando o disposto no art. 99 do RITJPE, à partida enfrente a suscitação de inépcia da inicial, reiterada nas razões do apelo.

No fundo, o banco apelante propõe a reforma da sentença, com vista à extinção do processo sem resolução do mérito na conformidade do diálogo entre o disposto nos arts. 267, nº IV, e 295, I, do Código de Processo Civil, respectivamente, por garantir que o(a) autor(a) não logrou comprovar a titularidade da conta de poupança que, conforme alega, mantinha ativa nos períodos versados na inicial.

No meu sentir, todavia, o tema que subsidia essa arguição se confunde com a questão de fundo da lide, pelo que dele não conheço como preliminar ou defesa indireta de mérito.

É o voto, quanto à primeira suscitação.

Des. Fernando Eduardo Ferreira
Relator



Preliminar de ilegitimidade passiva 'ad causam'

Ainda nas razões recursais, o banco réu sustenta que quem deve responder à pretensão formulada nesta lide são, solidária ou individualmente, a União e o Banco Central do Brasil, como responsáveis pela edição das normas de regência da remuneração das contas de poupança nos períodos aludidos na peça de ingresso.

O argumento, contudo, não tem merecido prestígio no âmbito dos mais diversos Tribunais pátrios. Na esteira, aliás, do ensinamento da melhor doutrina sobre o tema da legitimidade para a causa, ou seja, para estar em Juízo, como colho da lição modelar de Cândido Rangel Dinamarco:

"Legitimidade ad causam é qualidade para estar em juízo, como demandante ou demandado, em relação a determinado conflito trazido ao exame do juiz. Ela depende sempre de uma necessária relação entre o sujeito e a causa e traduz-se na relevância que o resultado desta virá a ter sobre sua esfera de direitos, seja para favorecê-la ou para restringi-la. Sempre que a procedência de uma demanda seja apta a melhorar o patrimônio ou a vida do autor, ele será parte legítima; sempre que ela for apta a atuar sobre a vida ou patrimônio do réu, também esse será parte legítima. Daí conceituar-se essa condição da ação como relação de legítima adequação entre o sujeito e a causa" (em "Instituições de Direito Processual Civil", vol II, Malheiros Editores, 4ª/ed., p. 306).

No caso concreto, o(a) autor(a) supõe fazer jus a diferença de correção monetária decorrente de expurgos praticados nos índices de remuneração, a esse título, em saldos mensais em conta de poupança que, consoante sustenta, mantinha ativa junto ao banco réu em períodos inflacionários submetidos a controle por diretrizes de planos de estabilização econômica.

Ora, se – por comando constitucional – é inegável competir privativamente à União regular ou dispor sobre *"matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações"* (art. 48, XIII, da CF), não é menos verdadeiro que a relação de direito material de que trata a peça de ingresso, se efetivamente existia (questão a ser apreciada quando da análise do mérito), era estabelecida entre o(a) autor(a) e a instituição financeira depositária dos valores ditos conservados em conta de poupança aberta e mantida por essa litigante, que assim foi chamada a responder por alegada insuficiência na remuneração/correção monetária daqueles valores.

Na espécie, portanto, não se tem discussão sobre norma ou lei em tese, ou em si mesma, da qual decerto resultaria a legitimidade passiva única da União. Igualmente, aqui não se trava debate acerca de remuneração/correção monetária de saldo bloqueado junto ao Banco Central do Brasil, como já ocorreu em passado (graças a Deus distante).

Assim, e na medida em que o contrato de depósito (remunerado) foi entabulado entre os ora litigantes, soa irrelevante a circunstância de que os índices de correção monetária dos valores depositados pelo poupador fossem adstritos a percentuais estabelecidos pelo Banco Central em observância a diretrizes de política monetária, pois, em boa verdade, a instituição apelante é quem era responsável pelo crédito da remuneração dos depósitos realizados por seus clientes poupadores.

De modo que, e em resumo, com a observância desse norte tem caminhado a jurisprudência sossegada, inclusive do Superior Tribunal de Justiça, como evidencia este precedente paradigmático:

"CIVIL. CONTRATO. POUPANÇA. PLANO BRESSER (JUNHO DE 1987) E PLANO VERÃO (JANEIRO DE 1989). BANCO DEPOSITANTE. LEGITIMIDADE PASSIVA. [...] CORREÇÃO. DEFERIMENTO.

1 - Quem deve figurar no pólo passivo de demanda onde se pede diferenças de correção monetária, em caderneta de poupança, nos meses de junho de 1987 e janeiro de 1989, é a instituição bancária onde depositado o montante objeto da demanda.

[...]

4 - Recurso especial não conhecido" (STJ-4ª T., REsp 707151/SP, rel. Min. Fernando Gonçalves, j. em 17.05.2005., DJ 01.08.2005).

No mesmo sentido, dentre inúmeros outros julgados também oriundos do STJ: Ag 863911, decisão monocrática, rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, j. em 18.05.2007; REsp 9202/PR, 4ª Turma, rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, j. em 17.03.1992; REsp 707151/SP, 4ª Turma, rel. Min. Fernando Gonçalves, j. em 17.05.2005 e REsp 334.832, decisão monocrática, rel. Min. Hélio Quágia Barbosa, DJ. 29.05.2007.

Com essas suficientes considerações, rejeito a suscitação.


Des. Fernando Eduardo Ferreira
Relator

Arguição de prescrição

Basicamente com lastro no art. 206, § 3º, nº III, do vigente Código Civil, o recorrente renova a suscitação da prejudicial de mérito da prescrição do direito que inflama a pretensão resistida.

Mais uma vez, no meu sentir, a tese não se apresenta emoldurada pelo atributo da razão. Porque, de fato, o prazo prescricional a ser observado na espécie é previsto pelo – hoje falecido – Código Civil de 1916, uma vez que aqui se reclama contra expurgos, ditos indevidos, ocorridos mercê de planos de estabilização econômica editados muito antes do início da vigência, em janeiro de 2003, do diploma substantivo civil de 2002. Assim, e ainda quando não for o caso de se invocar a regra de transição do art. 2.028 do CC/02, é irrelevante a circunstância de esta causa ter sido proposta quando ele já se encontrava em vigor.

O apelante é instituição financeira cuja atividade principal está pautada pelas operações de concessão e de recebimento de valores. Na melhor dicção de Arnaldo Rizzardo, *"os bancos são os mediadores do crédito. Quando realizam uma operação ativa, obrigam-se a uma prestação que consiste em conceder o crédito. Sendo passiva a operação, o cliente é que dá o crédito"* (em "Contratos de Crédito Bancário", RT, 6ª ed./2003, p. 18).

O(a) autor(a) alega ter celebrado com a instituição financeira apelante contrato de depósitos via conta poupança, mediante o qual a contratada se tornou depositária de valores de titularidade dele(a), contratante, podendo, destarte, usufruir desses valores depositados. Em troca, o poupador em tese ganhou a manutenção do poder de compra de seu dinheiro, pela correção monetária mensal, e um rendimento pré-determinado, pagô pela instituição depositária, representado pelo crédito de juros remuneratórios mensais. De modo que a caderneta de poupança possui natureza diversa de outros negócios jurídicos, inclusive gerados por relacionamento com instituições financeiras, que é a possibilidade de capitalização mensal dos seus rendimentos. Do que resulta que tais rendimentos, creditados na conta após um mês de vigência da aplicação, se integram ao capital e, assim a ele agregados, se beneficiam no mês seguinte da incidência de correção monetária e de novos juros remuneratórios.

Tecnicamente, portanto, asseguram os entendidos que os encargos financeiros de correção monetária e de juros remuneratórios não são prestações acessórias ao capital investido e, sim, partes dele integrantes. Por isso que também é inaplicável ao caso em comento o prazo quinquenal estampado no art. 178, §º 10, nº III, do CC/1916. E por isso, também, que o Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento no sentido de que, nas ações em que são impugnados os critérios de remuneração de caderneta de poupança e são postuladas as respectivas diferenças, como é o caso, a prescrição é vintenária. Confira-se:

"CIVIL. CONTRATO. POUPANÇA. PLANO BRESSER (JUNHO DE 1987) E PLANO VERÃO (JANEIRO DE 1989). [...] PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. CORREÇÃO. DEFERIMENTO.

[...]

2 - Os juros remuneratórios de conta de poupança, incidentes mensalmente e capitalizados, agregam-se ao capital, assim como a correção monetária, perdendo, pois, a natureza de acessórios, fazendo concluir, em consequência, que a prescrição não é a de cinco anos, prevista no art. 178, §10, III, do Código Civil de 1916 (cinco anos), mas a vintenária. Precedentes da Terceira e da Quarta Turma.

208



[...]

4 - *Recurso especial não conhecido* (STJ-4ª T., REsp 707151/SP, rel. Min. Fernando Gonçalves, j. em 17.05.2005., DJ 01.08.2005).

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. CADERNETA DE POUPANÇA. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. PRECEDENTES. [...].

- *Esta Corte já pacificou o entendimento no sentido que o direito de pleitear a correção monetária dos depósitos de poupança prescreve em 20 anos.*

[...]

- *Recurso especial da CEF conhecido e parcialmente provido* (STJ-2ª T., REsp 488039/PR, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJU de 15.05.2006).

Forte nessas suficientes considerações, rejeito a suscitação da *praescriptio*.

Des. **Fernando Eduardo Ferreira**
Relator

Quanto ao mérito

Na questão de fundo, de logo verifico que o(a) autor(a) não logrou êxito em comprovar a titularidade de caderneta de poupança mantida junto ao banco réu nos períodos versados na inicial, não tendo acostado aos autos documento indicativo da efetiva existência dessa conta de poupança, com suas características básicas, mormente data de "aniversário".

A princípio, e isto é o que sustenta a instituição financeira apelante em defesa indireta de mérito, poder-se-ia pensar que a inexistência dessa mínima comprovação, até mesmo no plano da prova indiciária, conduz ao decreto de inépcia da inicial por ausência de documento indispensável à propositura da ação. Tanto, aliás, em alguns casos parelhos foi apregoado por acatados Tribunais de Justiça alhures.

Por exemplo:

"PROCESSUAL CIVIL – PRELIMINAR – INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL – NÃO COMPROVAÇÃO DA TITULARIDADE DA CADERNETA DE POUPANÇA.

Consoante entendimento jurisprudencial do Colendo Superior Tribunal de Justiça, a comprovação da titularidade da conta poupança constitui documento indispensável à propositura da ação em que se pretende a cobrança de diferenças de correção monetária, restando inepta a petição inicial se não foi devidamente instruída com tal prova" (TJDFT-4ª T. Cível, AC 20070110614925APC, rel. Des. Sérgio Bittencourt, j. em 06.05.2009).

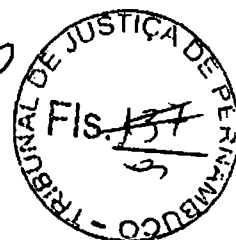
"AÇÃO DE COBRANÇA – CORREÇÃO MONETÁRIA – APLICAÇÃO FINANCEIRA – AUSÊNCIA DE DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA TITULARIDADE – INDISPENSABILIDADE – EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

Falecendo à ação de cobrança de documentos que comprovem ao menos a titularidade da conta corrente junto à instituição financeira, impõe-se o indeferimento da inicial" (TJMG, AC n. 1.0287.07.031394-8/001, rel. Des. Selma Marques, j. em 29.04.2009).

"PROCESSO CIVIL. CADERNETA DE POUPANÇA. PLANO BRESSER, PLANO VERÃO E PLANO COLLOR. CORREÇÃO MONETÁRIA. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL ACOLHIDA.

I – Não obstante a relação entre as partes seja de consumo, a comprovação da titularidade das contas de poupança constitui documento indispensável à propositura da ação, nos termos do art. 283 do Código de Processo Civil, sendo, inclusive, inviável a inversão do ônus da prova, porquanto tal comprovação incumbe àquele que invoca a pretensão jurisdicional, consoante o disposto no art. 333, I, do CPC.

II – Deu-se provimento ao recurso do réu. Julgou-se prejudicado o recurso da autora" (TJDFT-6ª T. Cível, AC 20070110616738APC, rel. Des. José Divino de Oliveira, j. em 05.11.2008).



No meu entender, porém, nestes autos está materializada a hipótese de ausência de prova do fato constitutivo do direito do autor, cujo ônus era seu, à luz do que está escrito no nº I do art. 333 do CPC. Circunstância que induz o desate da lide pelo decreto de improcedência do pedido.

Não se olvide que fato *"constitutivo é aquele que é apto a dar nascimento à relação jurídica que o autor afirma existir ou ao direito que dá sustentação à pretensão deduzida pelo autor em juízo"* (conf. Antônio Cláudio da Costa Machado, em "Código de Processo Civil Interpretado", Editora Manole, 6ª ed./2007, p. 350).

Assim, no caso em exame tenho que o(a) demandante não comprovou o fato constitutivo do direito que esquentava a pretensão por ele(a) judicialmente deduzida. Sendo igualmente certo, consoante disto estou convencido, que, malgrado aqui se tenha a invocação de relação jurídica de direito material albergada pelas normas de proteção ao consumidor, de inversão do ônus da prova na espécie não há se cogitar.

É que, em boa verdade, o(a) autor(a) sequer especificou sem margem a dúvida o número da conta de poupança que diz ter mantido ativa junto ao banco réu. Em casos que tais, inclusive, muitos suplicantes se limitaram a juntar aos autos um – afinal frustrado – requerimento (de natureza administrativa) de apresentação, pela instituição financeira, de possível caderneta de poupança existente em seus nomes e de extratos a ela alusivos, relativos aos períodos discriminados na inicial.

Portanto, mesmo a jurisprudência que – acertadamente – proclama ser possível postergar-se para a fase de execução de sentença a juntada de extratos das cadernetas de poupança em relação aos períodos acerca dos quais se pleiteia o pagamento de valores expurgados em decorrência de planos econômicos (v.g.: STJ-2ª T., REsp. nº 644.346/BA, rel. Min. Eliana Calmon, DJU de 29.11.2004), mesmo tais precedentes, repito, não dispensam o correntista ou poupador de comprovar satisfatoriamente a titularidade da conta nos períodos vindicados. Confira-se, no ponto ora abordado:

"PROCESSUAL CIVIL. DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. CRUZADOS NOVOS. EXTRATOS. COMPROVAÇÃO DO SALDO. INEXIGIBILIDADE.

1. Esta Corte Superior tem se posicionado no sentido de que, desde que comprovada a titularidade das contas de poupança, os extratos das contas de poupança não são documentos indispensáveis ao ajuizamento da ação e muito menos pode-se tê-los como imprescindíveis para comprovação do saldo de cruzados novos nelas constantes. Precedentes.

2. Tal entendimento se deve ao fato de que, somente em fase de liquidação do julgado e acaso julgado procedente o pedido, é que se procederá à comparação analítica entre os saldos constantes nas contas de poupança dos demandantes, a correção monetária já efetivamente paga, para, então, calcular-se as diferenças que porventura tenham direito.

3. Recurso provido, tão-somente, para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que se pronuncie quanto ao mérito" (STJ-1ª T., REsp. 421956/RJ, rel. Min. Luiz Fux, DJU de 05.08.2002, sem o destaque).

142
211



"PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. ATIVOS RETIDOS. [...] POUPANÇA. EXTRATOS. DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS AO AJUIZAMENTO DA DEMANDA.

[...]

4. Não são indispensáveis ao ajuizamento da ação visando a aplicação dos expurgos inflacionários os extratos das contas de poupança, desde que acompanhe a inicial prova da titularidade no período vindicado, sob pena de infringência ao disposto no art. 333, I do CPC. Os extratos poderão ser juntados posteriormente, na fase de execução, a fim de apurar-se o 'quantum debeatur'.

5. Recurso especial improvido" (STJ-2ª T., REsp. 644346/BA, rel. Min. Eliana Calmon, DJU de 29.11.2004, sem o destaque).

No mesmo sentido, inclusive, Tribunais de Justiça pátrios vêm se posicionando no tema:

"APELAÇÃO CÍVEL. CADERNETA DE POUPANÇA. PLANO BRESSER. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA TITULARIDADE DA CONTA POUPANÇA PELO AUTOR NO PERÍODO PLEITEADO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

Se inexistir nos autos qualquer prova documental que indique a existência de relação jurídica entre as partes no período indicado, não há como se postular o pagamento dos expurgos inflacionários da caderneta de poupança, devendo o pedido ser julgado improcedente e, conseqüentemente, extinto o feito, com resolução do mérito, a teor do disposto no artigo 269, inciso I, do CPC. Recurso improvido. Unânime" (TJDFT-6ª T. Cível, AC 20070110609920APC, rel. Des. Otávio Augusto, j. em 12.08.2009).

"APELAÇÃO CÍVEL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CADERNETA DE POUPANÇA. PLANOS BRESSER E VERÃO. PRELIMINARES: INÉPCIA DA INICIAL, IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO, ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. REJEIÇÃO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. MÉRITO: IMPROCEDÊNCIA. PROVA DA INEXISTÊNCIA DE CONTA DE POUPANÇA NO PERÍODO PLEITEADO. SENTENÇA REFORMADA.

Para o ajuizamento das ações de cobrança das diferenças de correção monetária referentes aos planos econômicos é imprescindível a comprovação da titularidade e movimentação da conta existente à época da incidência dos índices pretendidos. Comprovada a inexistência de conta de poupança em nome da parte autora nos anos de 1987 e 1989, forçosa é a improcedência do pedido de correção monetária decorrente dos expurgos inflacionários ocorridos nos referidos períodos" (TJDFT-1ª T. Cível, AC 20070110533040APC, rel. Des. Natanael Caetano, j. em 15.10.2009).

Ademais, estou atento à realidade subjacente de que o(a) autor(a) também cobra diferença de correção monetária mercê de expurgo inflacionário resultante do plano econômico Bresser. Ora, no ponto cuido ser pacífico o entendimento jurisprudencial de que nas ações que versam sobre correção dos saldos de contas de poupança expurgados por esse plano é devido o percentual de 26,06% para contas com data de "aniversário" na primeira quinzena de junho/1987, compensando-se os valores efetivamente aplicados.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ECONÔMICO. CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. CRITÉRIO. IPC DE JUNHO DE 1987 (26,06%). PLANO BRESSER. SÚMULA 83-STJ.

I - O Superior Tribunal de Justiça já firmou, em definitivo, o entendimento de que no cálculo da correção monetária para efeito de atualização de cadernetas de poupança iniciadas e renovadas até 15 de junho de 1987, antes da vigência da Resolução n. 1.338/87-BACEN, aplica-se o IPC relativo àquele mês em 26,06%. Precedentes.

II - "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida" - Súmula 83-STJ.

III - Agravo regimental desprovido" (STJ/4ª T., AgRg no Ag 561405/RS, rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, DJU de 21.02.2005, sem o destaque).

De modo que, especificamente quanto a aludido Plano Bresser, mais indispensável se faz a comprovação, pelo correntista ou poupador, de que efetivamente era titular de conta de poupança que no mês de junho de 1987 "aniversariava" em data anterior ao dia 16 daquele mês.

Daí, como ensina o magistério jurisprudencial evidenciado no precedente acima colacionado, com relação às diretrizes do Plano Bresser somente os titulares de conta-poupança iniciadas ou renovadas até 15 de junho de 1987 dispunham da garantia, consolidada em atos normativos do Banco Central do Brasil, de que os respectivos saldos seriam corrigidos pelo IPC. Entretanto, naquele dia 15 de junho de 1987 foi baixada pelo BACEN a Resolução nº 1.338/87, a qual - modificando o critério anterior - estipulou que, no seguinte mês de julho (de 1987), o valor nominal das Obrigações do Tesouro Nacional seria atualizado pelo rendimento produzido pelas Letras do Banco Central do Brasil (LBC).

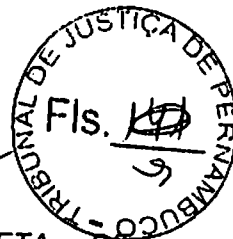
Entretanto, no período entre 1º a 15 de junho de 1987 por óbvio as contas de poupança então ativas não podiam ter a respectiva sistemática de remuneração alterada sequer por lei, quanto mais por ato normativo menor, sob pena de grave afronta a direito adquirido pelos poupadores.

Colho mais um firme exemplo do sossego da orientação jurisprudencial do Tribunal da Cidadania sobre essa postulação específica do demandante, desta feita pela didática exposição constante de decisão monocrática da Ministra Nancy Andrighi abonadora de acórdão no ponto assim ementado:

[...]



144
213



'CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. 'PLANO BRESSER'. DECRETO-LEI Nº 2.335/87 E RESOLUÇÃO DO BACEN Nº 1.338/87. LEGITIMIDADE PASSIVA DA CEF. CONTA-POUPANÇA COM ANIVERSÁRIO EM DATA POSTERIOR À SEGUNDA QUINZENA DE JUNHO/87. ASÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. [...]

5 - Aplica-se às cadernetas de poupança abertas ou renovadas até 15/06/87 o percentual de 26,06%, a título de correção monetária, relativa ao mês de junho/87 (Plano Bresser), com creditamento em julho/87, descontando-se eventuais percentuais aplicados pela instituição financeira. Contas poupança com data de aniversário posterior a 15/06/87. Aplicação do Decreto-lei n. 2.335/87 e da Resolução n. 1.335/87 do Bacen. Ausência de direito adquirido' [...] - STJ - Ag. 773052, decisão monocrática, DJ de 03.08.2006.

Forte nessas considerações, **dou provimento** ao presente apelo com vista a, pela reforma da sentença recorrida, julgar **improcedente** o pedido autoral, com inversão dos ônus da sucumbência, fixando os honorários advocatícios (por equidade, CPC, art. 20, § 4º) em R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Certo, porém, que na esteira da jurisprudência consolidada a execução da condenação de beneficiário da Justiça gratuita em ônus da sucumbência somente terá lugar se, em até cinco anos da decisão final, puder ser satisfeita pelo vencido sem prejuízo do sustento próprio ou da família (STF-Primeira Turma, RE 184841-3/DF).

É como voto.

Des. Fernando Eduardo Ferreira
Relator